

COMUNICAÇÃO ORAL - GT 11 - ALFABETIZAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS

**ENTRE O DIREITO E A REGULAÇÃO: A ALFABETIZAÇÃO COMO
CONDIÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS**

Pedro Antonio Crocetta (pedrocrocetta@hotmail.com)

O estudo tem por objetivo refletir sobre a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita, compreendida como direito fundamental (Brasil, 1988) e condição para a emancipação dos sujeitos, em uma perspectiva que ultrapassa a dimensão instrumental, configurando-se como uma abordagem teórica que a concebe como prática social, histórica e política (Freire, 1987; Soares, 2008; Saviani, 2017). Metodologicamente, trata-se de um estudo de natureza teórico-bibliográfica, que articula a análise de referenciais do campo da educação com o campo das políticas públicas, com foco, nesta comunicação, na Base Nacional Comum Curricular (2017). Parte-se do pressuposto de que, embora o direito à educação esteja juridicamente assegurado — em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a Constituição Federal de 1988 —, a efetivação do direito à alfabetização ainda se constitui como um desafio no contexto brasileiro. Os resultados indicam que, em um cenário marcado por orientações neoliberais e pela centralidade da lógica do desempenho, a alfabetização tende a ser reduzida à aquisição de competências instrumentais, distanciando-se de seu

potencial emancipatório. Em contraposição, defende-se uma concepção de alfabetização que, ao articular linguagem, cultura e realidade sócio-histórico-cultural, possibilite aos sujeitos a leitura crítica do mundo e, conseqüentemente, sua inserção ativa na transformação social. Conclui-se que a efetivação do direito à alfabetização como prática emancipatória requer a convergência entre os pressupostos das políticas públicas, a formação docente e práticas pedagógicas orientadas pela dialogicidade, pela crítica e pela valorização das experiências dos sujeitos nas diferentes dimensões do processo pedagógico.

Palavras-chave: alfabetização; direito à alfabetização; emancipação dos sujeitos; políticas educacionais; base nacional comum curricular.